



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA GABRIELE XIMENES DOS SANTOS SILVA

**EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DO
COLÉGIO DE APLICAÇÃO-EEBAS/UEPB**

JOÃO PESSOA

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA GABRIELE XIMENES DOS SANTOS SILVA

**EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DO
COLÉGIO DE APLICAÇÃO-EEBAS/UFPB**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título com Licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Orientador: Prof. Dr. Robson Guedes da Silva

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Maria Gabriele Ximenes dos Santos.

Educação para sexualidade na educação infantil: desafios e possibilidades nas práticas pedagógicas de professoras do Colégio de Aplicação - EEBAS/UEPB / Maria Gabriele Ximenes dos Santos Silva. - João Pessoa, 2024.

41 f.

Orientação: Robson Guedes da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Docência. 2. Educação infantil. 3. Educação para sexualidade. I. Silva, Robson Guedes da. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37-051(043.2)


MARIA GABRIELE XIMENES DOS SANTOS SILVA

**EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DO
COLÉGIO DE APLICAÇÃO-EEBAS/UEPB**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

João Pessoa, 31 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ROBSON GUEDES DA SILVA**
Data: 11/11/2024 12:33:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Robson Guedes da Silva
(Presidente-Orientador)

Profa. Dra. Rafaela Soares Celestino
(Examinadora Externa)

Profa. Dra. Sônia de Almeida Pimenta
(Examinadora Interna)

Dedico a mulher da minha vida, minha Mãe, Eliane Maria da Silva, que estive comigo durante toda minha caminhada até aqui e sempre ao meu lado, que lutou e almejou juntamente comigo pela realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar nesta caminhada e iluminar meu caminho, me dando força e sabedoria nessa jornada acadêmica.

Ao Professor Dr. Robson Guedes da Silva, por sua paciência na orientação, pela compreensão e amizade, por todos os incentivos que tornarão possíveis a conclusão desta monografia.

A minha mãe, Eliane Maria, que foi meu alicerce, minha inspiração e a minha motivação, que desempenhou um papel fundamental na minha jornada acadêmica, pela preocupação com meu futuro e por me ensinar a importância de adquirir conhecimentos ao longo da vida.

A minha avó Maria José e meus irmãos Kellyanne e Edson, por estarem sempre comigo, pelo apoio e confiança em mim depositada.

Quero agradecer de maneira especial ao meu noivo Wanderson Balbino, um verdadeiro parceiro, pelo apoio e companheirismo durante esse percurso.

As minhas amigas Rhuama, Magdália, Adriele e Júlia, que foram minhas parceiras durante essa jornada, me ajudaram de maneira descomunal em todos os momentos que eu mais precisei.

A todos meus professores e professoras por seus ensinamentos e por me oferecerem momentos únicos de aprendizagem e experiência que tive um papel rico nesta minha jornada.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as abordagens teórico-práticas relacionadas à educação para sexualidade no âmbito escolar, a partir de uma pesquisa em campo no Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Paraíba (Escola de Educação Básica – EEBAS), sobre os desafios e possibilidades nas práticas pedagógicas da educação para sexualidade no cotidiano da Educação Infantil. A pesquisa se nutriu dos repertórios teóricos pós-estruturalistas em torno das construções históricas de infância e sexualidade, além de abordar questões relativas à formação e atuação docente na Educação Infantil a partir do campo da educação para sexualidade. O estudo abraça uma abordagem de cunho qualitativo, com o uso de entrevistas narrativas realizadas com três professoras do CAP-EEBAS. As narrativas evidenciam que as temáticas da sexualidade circulam no espaço escolar, especialmente em discussões sobre a prevenção ao abuso sexual e os cuidados com o corpo. No entanto, as falas das professoras noticiam desafios significativos, como o conservadorismo presente na cultura escolar e a escassez de materiais didáticos adequados ao tratamento da temática. Esses fatores limitam as possibilidades de uma educação para sexualidade mais potente no contexto da Educação Infantil.

Palavras chave: Docência. Educação infantil. Educação para Sexualidade.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the theoretical and practical approaches related to sexuality education within the school environment, based on field research conducted at the Colégio de Aplicação of the Federal University of Paraíba (Basic Education School – EEBAS). The research focused on the challenges and possibilities in the pedagogical practices of sexuality education in the daily life of Early Childhood Education.

The study drew on post-structuralist theoretical frameworks concerning the historical constructions of childhood and sexuality, addressing issues related to teacher training and practice in Early Childhood Education from the perspective of sexuality education. A qualitative approach was adopted, using narrative interviews conducted with three teachers from CAP-EEBAS.

The narratives reveal that themes of sexuality circulate in the school environment, particularly in discussions about sexual abuse prevention and body care. However, the teachers' statements highlight significant challenges, such as the conservatism present in school culture and the lack of appropriate teaching materials for addressing the topic. These factors limit the potential for more impactful sexuality education within the context of Early Childhood Education.

Keywords: Teaching. Early Childhood Education. Sexuality Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	11
2.1 Políticas públicas para Educação Infantil no Brasil.....	13
3. EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE	16
3.1 Impactos das construções sociais de gênero na infância	20
4. METODOLOGIA	22
5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	25
5.1 Entrevistas narrativas.....	25
5.2 Conservadorismo	25
5.3 Escassez de material didático.....	28
5.4 Gênero e Corpo	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

O campo de estudo sobre a educação e sua relação com a sexualidade no ambiente escolar vem sendo atravessado por uma intensa polifonia. Uma questão muito debatida na sociedade é sobre a pertinência desse tema nas escolas; alguns acham que é dever exclusivo dos pais, enquanto outros debatem que é dever tanto da escola quanto da família.

Introduzir a educação para sexualidade na Educação Infantil não é sobre a abordagem de práticas sexuais precocemente, mas sim sobre cultivar o respeito, a empatia e o conhecimento sobre o próprio corpo em suas múltiplas dimensões. É permitir que as crianças reconheçam e nomeiem suas partes do corpo corretamente, entendam as diferenças e semelhanças entre meninos e meninas e, acima de tudo, construam uma imagem positiva de si mesmas.

Apesar da relevância da educação para sexualidade, os educadores enfrentam diversos desafios na sua implementação. Muitas vezes, a falta de formação específica ou de materiais adequados dificulta a abordagem do tema de maneira informativa e sensível. Além disso, as resistências culturais e os tabus existentes em torno da sexualidade podem levar a mal-entendidos e a hesitação por parte dos educadores. Esses fatores, somados à pressão por cumprir uma grade curricular já cheia de exigências, podem fazer com que a educação para sexualidade seja deixada de lado no cotidiano das práticas pedagógicas. Partindo desses pressupostos, abraçamos o seguinte problema de pesquisa: quais os desafios e possibilidades construídos nas práticas pedagógicas de educação para sexualidade de professores na Colégio de Aplicação (Escola de Educação Básica) - CAP-EEBAS/UFPB?

Este trabalho almeja, como objetivo geral, o intuito de investigar os desafios e possibilidades construídos nas práticas pedagógicas de educação para sexualidade de professores na Colégio de Aplicação (Escola de Educação Básica) - CAP-EEBAS/UFPB. Aglutina, com isso, os seguintes objetivos específicos: analisar os desafios narrados pelas professoras do CAP-EEBAS, no trato da educação para sexualidade no cotidiano da Educação Infantil; Destacar através de entrevistas narrativas as práticas pedagógicas de educação para sexualidade na Educação Infantil construídas pelas professoras do CAP-EEBAS.

Primeiramente, como forma de consolidar a importância do tema para o campo da educação, foi feito um estado da arte a partir do levantamento de pesquisas

referentes ao tema do estudo no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. 178 monografias da pedagogia foram encontradas a partir de um levantamento bibliográfico, realizado nas bases de dados do repositório institucional da UFPB. Desses, apenas 6 artigos corresponderam ao critério de busca, utilizando as palavras chaves "educação para sexualidade" e "pedagogia". Após selecionados os artigos, foi elaborada uma planilha de coleta de dados seguindo as seguintes informações: autor, ano de publicação, título, objetivo geral. Os textos que foram coletados, apresentados a seguir, evidenciam questões importantes junto à temática.

Em "Educação sexual na Educação Infantil: uma proposta para repensar conceitos de gêneros, corpos e sexualidades com crianças de 4 a 5 anos", monografia de Josinaldo Monteiro da Silva (2023), apresenta uma análise sobre a importância da educação sexual na formação de crianças na educação infantil. O autor argumenta que a educação sexual é um componente cultural essencial que pode auxiliar nas discussões sobre gêneros, corporeidade e sexualidades desde a infância, favorecendo a (re)significação desses conceitos que são construídos social e historicamente.

A monografia intitulada "Pedagogia da Sexualidade: O Papel do Professor", de Karla Firmino da Silva (2016), aborda a importância da educação sexual na infância e o papel dos educadores nesse contexto. A autora também discute a necessidade de formação dos educadores para lidar com questões de sexualidade, enfatizando que a educação sexual deve contribuir para que as crianças desenvolvam uma sexualidade saudável e responsável no futuro. O trabalho é fundamentado em uma análise teórica e prática, buscando entender a visão dos professores sobre seu papel pedagógico em relação à sexualidade infantil.

O estudo monográfico denominado "O Lúdico como Ferramenta para Orientar a Sexualidade na Educação Infantil", escrito por Maria do Socorro Rodrigues (2013), explora a relevância da ludicidade na educação sexual de crianças. A autora argumenta que a escola é um espaço apropriado para abordar a sexualidade, pois pode colaborar com a família no desenvolvimento integral das crianças. A pesquisa parte da hipótese de que, apesar das discussões sobre a educação sexual nas escolas, ainda há uma falta de formação adequada para os professores, resultando em práticas superficiais.

Na monografia "Sexualidade infantil: concepções e práticas de professoras da Educação Infantil", Adriana Gomes de Lima Cavalcanti (2017), aborda a sexualidade

infantil na primeira infância, tema relevante e frequentemente cercado de tabus e receios por parte de educadores e famílias. A pesquisa busca compreender a concepção de sexualidade entre professoras da Educação Infantil, destacando a distinção entre sexualidade e sexo, e enfatizando que a sexualidade é uma parte integral do desenvolvimento humano, que se manifesta desde a infância.

O trabalho monográfico "Educação Sexual na Educação Infantil na Escola Cônego Bernardo", escrito por Oliveira (2014), foi realizado por meio de entrevistas com professoras da educação infantil, buscando compreender como a sexualidade é abordada nesse contexto educacional. Os resultados indicam que, embora as professoras reconheçam a importância de discutir a sexualidade na escola, muitas não a veem como algo natural e sentem-se despreparadas para abordar o tema, especialmente quando são os alunos que levantam questões sobre sexualidade.

Por fim, o trabalho de conclusão de curso intitulado "A Sexualidade das Crianças na Perspectiva das Professoras de Educação Infantil de uma Escola do Município de Mamanguape/PB", de Sandra Ferreira de Souza (2017), apresenta uma análise sobre como as professoras de educação infantil percebem e abordam a sexualidade das crianças. Os resultados da pesquisa realizada revelam uma lacuna significativa no preparo das professoras de educação infantil em relação à abordagem da sexualidade das crianças.

Os seis textos apresentados acima compartilham um tema comum central: a importância e os desafios da educação sexual na educação infantil. Cada texto aborda diferentes aspectos e perspectivas sobre como a sexualidade deve ser introduzida e discutida em ambientes educacionais. No entanto, esses estudos coletivamente sublinham a necessidade urgente de uma abordagem mais aberta e bem-informada sobre a educação sexual na infância, propondo que esta deve ser integrada de maneira desmistificada e construtiva nos currículos escolares desde cedo.

Apesar de se aproximarem do eixo temático "educação para sexualidade", os textos não se aprofundaram muito no assunto, tendo um aspecto metodológico um tanto raso. A complexidade do tema exige uma investigação mais detalhada e uma metodologia que possa capturar as nuances da inserção da educação para sexualidade no contexto escolar. É importante considerar o impacto cultural, social e emocional que a educação para sexualidade pode ter sobre os alunos em uma fase tão importante de seu desenvolvimento, questão essa que os textos mencionados

poderiam ter explorado com maior profundidade, especialmente considerando a diversidade de contextos em que as crianças estão inseridas.

Numa visão acadêmica, a problemática a ser investigada é uma forma de “quebrar” o tabu em relação à educação para sexualidade na Educação Infantil. Com o intuito de analisar respostas em forma de dados na pesquisa de campo, pois sabemos que no Brasil, há uma falta de esclarecimentos quanto à sexualidade por parte dos pais e das escolas.

Desta forma, pode-se afirmar que a ausência de uma educação para sexualidade e de compreensão por parte dos pais e das escolas, dificultam o esclarecimento sobre o tema no âmbito escolar. Além da desinformação que influencia várias problemáticas, tais como a violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes, a gravidez na adolescência, combate ao preconceito, etc.

A necessidade de uma abordagem mais efetiva e inclusiva da educação para sexualidade nas escolas se torna evidente ao considerarmos os índices alarmantes sobre abuso e exploração sexual de menores e gravidez precoce. Esses fenômenos não são apenas questões de saúde pública, mas também de direitos humanos, exigindo uma resposta educacional que possa preparar melhor as crianças para entenderem e respeitarem a própria sexualidade e a dos outros.

Além disso, é crucial que os educadores sejam devidamente capacitados para conduzir discussões sobre sexualidade de maneira sensível e inclusiva. A formação continuada dos professores deve incluir debates sobre como abordar temas de sexualidade, respeitando a diversidade e as diferentes faixas etárias dos estudantes. Tal capacitação ajudaria a minimizar as incertezas e resistências que muitos educadores enfrentam ao discutir esse tema em sala de aula.

Portanto, mediante o exposto, se faz necessário tomar medidas para acabar com mistificações em relação à educação para sexualidade, estabelecendo possibilidades desta abordagem, nas práticas pedagógicas das escolas da Educação Infantil. A educação para a sexualidade é um papel da família, da escola, do Estado e das Políticas Públicas.

2. INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

A concepção de infância na França passou por profundas transformações a partir do século XVII, quando estudiosos começaram a diferenciar claramente a criança da vida adulta e da adolescência. Antes desse período, a infância não possuía uma definição clara e era frequentemente vista como uma continuação da juventude. A falta de terminologia apropriada dificultava a compreensão desse estágio crucial do desenvolvimento humano. Esta mudança na percepção não apenas influenciou a forma como a infância era observada, mas também como era vivida e moldada culturalmente. A partir do século XVII, a infância começou a emergir como uma fase distinta com características próprias (Barbosa, 2007).

A Revolução Industrial, conforme Hermida (2020), impulsionou o crescimento da burguesia industrial através da exploração e superexploração do proletariado e suas famílias. O trabalho tornou-se cada vez mais penoso para a classe operária, que inicialmente vendia apenas sua força de trabalho. Com o tempo, as condições de trabalho precárias forçaram os operários a incluir suas esposas e filhos nesse processo. A evolução técnica nas fábricas, com o aprimoramento das máquinas e fontes de energia, resultou na substituição da força de trabalho masculina pela de mulheres e crianças, levando à inserção de toda a família no mercado de trabalho.

Já no Brasil, com a vigência do Código Beviláqua em 1917, iniciou-se um debate crucial sobre os direitos da criança e do adolescente. Esse código representou uma tentativa de legislar sobre questões civis, mas deixou a desejar no que tange à proteção infanto-juvenil. Neste contexto, a entrada em vigor do Decreto nº 17.943-A, em 12 de outubro de 1927, conhecido como Código de Menores, trouxe uma nova perspectiva. Embora este marco legal não garantisse proteção integral, ele foi um passo importante para reconhecer a condição das crianças em situação irregular. (Lima et al, 2017).

A escola, na qual era inicialmente um projeto iluminista para educar os filhos da burguesia, tornou-se um palco onde a infância começou a ganhar cores próprias, distanciando-se do retrato cinzento que lhe era anteriormente atribuído. A partir do século XVIII, influências iluministas começaram a questionar e a modificar a concepção de criança, atribuindo maior importância ao desenvolvimento educacional e emocional. Filósofos como Jean-Jacques Rousseau propuseram que as crianças deveriam crescer em um ambiente que respeitasse suas fases de desenvolvimento,

destacando a educação como um processo natural e progressivo. Rousseau, em sua obra "Emílio, ou Da Educação", (1999), defende uma educação que se molda às etapas evolutivas da criança, contrapondo-se à ideia de uma imposição precoce de responsabilidades adultas.

Pinto (1997), afirma que durante a Idade Média, houve um declínio na sensibilidade para com as diferentes idades, aspecto que só ressurgiu com o início da era moderna. As escolas medievais geralmente não eram voltadas para Educação Infantil, pois não viam a necessidade de distinguir e separar as faixas etárias. No entanto, com o advento da imprensa e o aumento do interesse pela alfabetização, dentro de um contexto de mudanças sociais e ascensão da burguesia mercantil, começou a emergir uma atenção especial à educação das crianças, evidenciada pela crescente necessidade de tratá-las de acordo com suas especificidades etárias.

O trabalho dos higienistas no final do século XIX foi fundamental para redefinir a infância no Brasil, transformando-a em uma fase da vida que merece atenção e cuidado específicos. Essa redefinição não apenas alterou a maneira como as crianças eram vistas e tratadas, mas também teve um impacto duradouro nas políticas de saúde e educação. Barbosa aponta que:

No Brasil a noção de criança, quanto sua infância fragilidade e ingenuidade são percebidas pelos higienistas que foram no final do século XIX uma ordem médica que trouxe um novo conceito de infância. A partir da preservação da saúde destas crianças, buscaram identificar a origem deste problema ao verificarem um sistema familiar herdado da colônia, montado para satisfazer as exigências da propriedade e as necessidades dos adultos (Barbosa, 2007, p. 8).

É relevante ressaltar que numa cultura na qual o conceito de infância esteve historicamente ligado à noção de dependência do adulto, é necessário que compreendamos como essa ideia mudou ao longo do tempo. A era moderna inaugurou uma nova concepção de infância e suas práticas relacionadas, como educação, saúde, tratamento de doenças e transtornos mentais, etc. Foi nesse período que os pais começaram a ver seus filhos como indivíduos, e não simplesmente como extensões de si mesmos. Pinto, salienta que:

Estes pontos merecem alguns comentários. Em primeiro lugar, e como especifica Ariès (1981: 156), a inexistência de um sentimento da infância em séculos passados, não significa necessariamente que as crianças fossem negligenciadas, desamparadas ou tratadas com desprezo. Uma coisa é a existência da ideia de infância e outra a de afeição pelas crianças. O que se passava era que, logo que a criança se mostrava capaz de viver sem a constante solicitude da mãe ou da ama e adquire um certo grau de discernimento de si e do mundo, se ia incorporando gradualmente na sociedade adulta (Pinto, 1997. p. 35).

Segundo Philippe Ariès (1978), famoso historiador francês, a concepção legal de infância nada mais seria do que uma invenção da modernidade, ou seja, constituiu-se em uma categoria social estabelecida recentemente na história da humanidade. Em outras palavras, a concepção de infância é o tempo durante o qual uma criança nasce e começa a se desenvolver. Ele acredita que este tempo é importante para as crianças porque é quando elas aprendem a confiar em suas próprias habilidades e aprendem a cuidar de si mesmas. Ariès acredita que a concepção da infância é o momento em que as crianças são capazes de desenvolver seu senso de autoestima e encontrar seu lugar no mundo.

Rousseau (1999) concebeu infância como a transição entre o nascimento e a adolescência, como uma etapa de oscilações entre o paradigma adulto em um mundo novo e um estado de prontidão para a iniciação de um mestre. Na concepção de Rousseau, a infância é vista como uma mudança cultural da relação do bebê com seus pais.

Conseqüentemente a infância se tornou ao longo da história uma das mais importantes etapas na vida de uma pessoa, pois é nela que começamos a lidar com as diferenças fora do convívio familiar, e ter desenvolvimento da nossa personalidade com mais autonomia, criando laços de amizade e descobertas em diferentes áreas do conhecimento. Ela funciona como uma base para as demais etapas da educação formal, é um tempo de inocência, curiosidade e imaginação fértil, no qual as brincadeiras e as interações com os outros são fundamentais para o crescimento saudável da criança.

2.1 Políticas públicas para Educação Infantil no Brasil

Desde 8 de março de 2016, o Brasil é regido pelo Marco Legal da Primeira Infância (lei n.º 13.257/2016), uma regulamentação que estabelece diretrizes para políticas públicas focadas nas crianças. Criada devido à preocupação crescente com o bem-estar infantil e seu impacto no futuro, essa lei visa promover a socialização, o convívio familiar, prevenir a violência contra menores e melhorar as condições sanitárias, sociais e nutricionais dos pais. Além disso, garante proteção especial às crianças em situações de vulnerabilidade, assegurando que cresçam em um ambiente seguro e saudável, propício ao aprendizado e desenvolvimento completo.

A história da Educação Infantil passou por diversas transmutações ao longo do tempo. Durante a revolução industrial, as mulheres tiveram que entrar no mercado de trabalho e não podiam deixar os filhos sozinhos precisando de supervisão, pois trabalhavam o dia todo. Os centros de cuidados infantis foram estabelecidos como um local para as crianças serem deixadas por suas famílias. Aos poucos, as escolas ganharam mais perspectivas, o que facilitou o desenvolvimento mais rápido das crianças pequenas e as submeteu a famílias carentes culturalmente. Paschoal e Machado elucidam que:

Devido a muitos fatores, como o processo de implantação da industrialização no país, a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Eles começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho; dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos (Paschoal; Machado, 2009, p. 83).

As creches pretendiam ser uma alternativa à família, no qual a criança pudesse ser bem cuidada e educada por uma equipe profissional. Claro, essa era uma visão sem plena concretização no Brasil da época. As primeiras creches serviram como incubadoras do capitalismo e posteriormente se tornaram espaços universalizados na sociedade brasileira e seu funcionamento interno esteve ligado ao controle capitalista da força de trabalho (Ortiz; Carvalho, 2012).

A pedagogia foi introduzida para mudar o modo de operar dessas instituições. A comunidade científica então despertou interesse em analisar o processo de desenvolvimento infantil e teve um olhar diferenciado para esse segmento. Os investimentos educacionais passaram a favorecer empresas privadas nacionais e internacionais, já que a educação evoluiu, sob influência neoliberal, de um setor pedagógico para um setor político e econômico.

A década de 1930 foi marcada pela elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, um documento seminal que propunha uma reformulação abrangente das instituições educacionais brasileiras, com especial atenção ao desenvolvimento de infraestruturas dedicadas à educação e ao suporte físico e psíquico das crianças em idade pré-escolar.

Segundo Kuhlmann (2012), durante a Conferência Nacional de Proteção à Infância, realizada em 1933 na cidade do Rio de Janeiro, o renomado educador Anísio Teixeira proferiu uma exposição notavelmente perspicaz sobre os paradigmas da educação pré-escolar. Em sua intervenção, Teixeira propôs uma concepção ampliada

da Educação Infantil, argumentando que esta não deveria se limitar unicamente ao âmbito da saúde física.

Apenas décadas depois veio acontecer a promulgação da Constituição Federal de 1988, no qual se propusera garantir os direitos das crianças de 0 a 5 anos de idade. Este importante documento não apenas reconheceu a infância como uma fase fundamental da vida, mas também estabeleceu princípios que asseguram a proteção e o desenvolvimento integral das crianças. Entre os direitos garantidos, encontram-se aqueles que asseguram a educação, a segurança, a liberdade e a saúde, criando um ambiente propício para o crescimento saudável. Assim, postula-se no art. 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Dois anos depois foi promulgada em 1990, a Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representando um avanço significativo na proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Este estatuto surge como uma resposta às exigências por políticas públicas mais efetivas e coerentes com respeito à proteção integral de crianças e adolescentes, consolidando um conjunto de diretrizes e normativas que visam assegurar tanto a proteção quanto o desenvolvimento pleno de menores de idade, em conformidade com os princípios de dignidade e justiça social.

A recente emenda à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que estabelece a compulsoriedade da educação para indivíduos na faixa etária de 4 a 17 anos, abrangendo desde a pré-escola até o ensino médio, representa um marco significativo no processo de democratização do ensino no Brasil. Esta medida amplia o acesso à educação, fortalecendo as bases para uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme elucidado por Bastos (2021), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), especificamente em seu artigo 4, revisado no Parecer CNE/CEB n.º 20 de 2009, ratificado por despacho do Ministro de Estado, consolidam e ampliam a concepção de criança que é delineada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta perspectiva enfatiza o reconhecimento da criança como um sujeito de direitos, que está em um processo contínuo de desenvolvimento, e que interage e interpreta ativamente o mundo ao seu redor.

Em 22 de dezembro de 2017, foi publicada a Resolução CNE/CP n.º 2, que estabelece e orienta a implementação da Base Curricular Comum Nacional. A Base Curricular Comum Nacional (BNCC) estabelece padrões comuns para a educação em todas as etapas e respectivas modalidades da Educação Básica. Apesar de ter sido sancionada tão recentemente, o projeto já existia desde a promulgação da constituição federal de 1988, entretanto, só recebeu sua primeira versão no ano de 2015.

A BNCC para a Educação Infantil representa um avanço significativo nas políticas educacionais brasileiras, alinhando-se com práticas pedagógicas contemporâneas que reconhecem a centralidade das experiências na formação inicial das crianças. Embora apresente fragilidades, este documento curricular não apenas delinea o que é esperado em termos de aprendizagem durante os primeiros anos de escola, mas também orienta, portanto, as instituições de ensino a criar ambientes que são tanto acolhedores quanto desafiadores, onde cada criança pode se desenvolver plenamente.

3. EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE

Falar sobre a sexualidade no âmbito da Educação Infantil na escola, ainda é um grande desafio a ser superado pela transformação pedagógica na prática educativa. É fato que vivemos em uma sociedade que, constantemente, na relação social comum imposta entre adultos e crianças, descreve a fase da infância como “um período feliz, prazeroso e puro da vida” (Nunes; Silva, 2006, p. 2). Desse modo, as crianças são vistas pela sociedade como crianças livres de preocupações ou de responsabilidades sobre a temática, gerando assim, falta de experiências e com necessidades de ajuda.

No artigo publicado por Lourdes Frison (2016) "Corpo, gênero e sexualidade na educação infantil", a autora discorre que a temática que circunda corpo, gênero e sexualidade é vastamente disseminada pelos meios de comunicação, inclusive televisão e plataformas digitais, proporcionando às crianças um leque diversificado de estímulos relacionados à sexualidade. No entanto, apesar da abundância de informações disponíveis, observa-se que a compreensão infantil sobre essas questões ainda se mantém em um patamar superficial e, não raro, permeado por

equivocos, uma vez que raramente são oferecidas explicações adequadas e adaptadas ao entendimento infantil.

Confrontados com esse cenário, pais e educadores frequentemente experimentam uma sensação de insegurança acerca de como abordar tais assuntos. Predomina o receio de que uma introdução precoce ou inadequada ao tema possa influenciar de modo negativo o desenvolvimento das crianças ou precipitar um despertar de curiosidades. Por outro lado, ainda há uma parcela de educadores que sustenta a perspectiva de que a educação sexual no ambiente escolar deveria se concentrar exclusivamente nos aspectos biológicos, como fisiologia e anatomia, deixando a cargo dos professores de Biologia a responsabilidade por tais ensinamentos. Richard Miskolci aponta que:

A instituição escolar tende a invisibilizar a sexualidade em um jogo de pressupostos, inferências não apresentadas e silêncios. Pressupõe-se, por exemplo, que a sexualidade é assunto privado ou, ao menos, restrito ao lado de fora da escola. Na verdade, a sexualidade está no espaço escolar porque faz parte dos sujeitos o tempo todo (Miskolci.,2010, p. 8).

Analisando o exposto, a escola é uma instituição criada pela sociedade e nela se concretiza variadas práticas pedagógicas, nos quais se é ensinado formas “corretas” de sentar, de falar, de vestir-se, ou seja, os padrões aceitos pela nossa sociedade para homens e mulheres são naturalizados às crianças, mesmo que indiretamente, nos discursos, nos rituais escolares e nas práticas pedagógicas.

Em um estudo recente de Lara et al. (2021), destaca-se que a educação para sexualidade não apenas é essencial, como deve ser uma parceria sinérgica entre escolas e famílias. A relevância de tal cooperação reside no fato de que as famílias possuem a responsabilidade primária sobre seus filhos, todavia, é imperativo que reconheçam a escola como um suporte crucial nesse processo educativo. É fundamental entender que a sexualidade constitui um aspecto do ser humano, manifestando-se em todas as etapas de nosso desenvolvimento. Ignorar tal aspecto ou tratá-lo como tabu pode resultar não apenas em desinformação, mas na formação inadequada da próxima geração em torno dessa temática.

Para Cesar Nunes e Edna Silva (2000, p. 23), “[...] a sexualidade é sempre uma área de saber e de investigação essencialmente polêmica, visto envolver-se com elementos de ordem religiosa e ética de diferentes conotações e universos sociais ou subjetivos”. Como já foi mencionado, as polêmicas geradas em torno desta temática são inúmeras, são baseadas geralmente em conceitos religiosos, tabus e

preconceitos. Que por vezes, podem dificultar a ação do professor e da professora no âmbito escolar diante do surgimento da sexualidade na Educação Infantil.

A Educação Sexual enfrenta polêmicas sobre seu papel, se deve ser tratada pela família ou pela escola, e se é apropriado discutir sexualidade com crianças. Historicamente, essa temática é vista como um campo disciplinar isolado, mas há um reconhecimento crescente da importância das relações de gênero e sexualidade. Questões como a formação de professores e os objetivos das aulas (informar, prevenir, orientar ou moralizar) continuam a ser debatidas (Louro, 2003).

Paula Ribeiro e Joanalira Magalhães (2017) autoras do livro "Educação para a sexualidade: debates e desafios contemporâneos", discutem a variedade de termos utilizados para descrever as ações educativas em sexualidade nas esferas da educação formal e não formal. Termos como "Educação para Sexualidade", "Educação em Sexualidade", "Orientação Sexual" e "Educação Sexualizada" são empregados por pesquisadores brasileiros para abordar e debater em diversos contextos educativos questões relacionadas ao corpo, saúde sexual, gêneros, diversidade sexual, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, etc.

A escola, como extensão da comunidade e parceria da família, tem um papel fundamental nessa jornada. Ao se aventurar por essas conversas, cria-se um ambiente de confiança mútua, no qual os pequenos aprendem sobre limites, consentimento e respeito mútuo. Mesmo diante de alguns tabus, o tema sobre a sexualidade passou a ser mais discutido no âmbito escolar a partir dos anos 1990, diante da demanda do aumento de infecções sexualmente transmissíveis, preocupando assim, o comportamento de jovens e adolescentes.

Na concepção de Nunes e Silva (2000), a instituição escolar, reconhecida como o segundo principal espaço de socialização na vida das crianças, exerce uma função vital na detecção antecipada e na prevenção da violência sexual infantil por meio da implementação de programas de educação sexual. Professores e profissionais do âmbito educacional, frequentemente, são os primeiros observadores de possíveis sinais de abuso, manifestados através de alterações no comportamento ou sinais físicos visíveis nos alunos.

Neste contexto, podemos afirmar que crianças sem acesso à educação sexual adequada estão em um risco significativamente maior de enfrentar abusos sexuais. A falta de conhecimento sobre os seus direitos e sobre o que constitui um

comportamento inapropriado por parte de outros pode colocá-las em uma desvantagem hora de identificar e denunciar os abusos sofridos.

A determinação da idade ideal para iniciar a educação para sexualidade nas escolas é um debate tido como complexo, influenciado pelas mudanças na concepção de infância ao longo dos anos. Contudo, é fundamental começar esses processos educativos já na Educação Infantil. A realidade mostra uma alta incidência de abusos sexuais contra menores, ocorrendo frequentemente dentro do próprio lar, sem testemunhas e muitas vezes acompanhados de ameaças. Ensinar as crianças a identificar e reportar abusos é essencial para a proteção delas. Elas precisam ser parte ativa na prevenção e na garantia de sua própria segurança. A inclusão delas no processo educacional não é apenas necessária, é urgente (Lima, 2021).

O "Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes", elaborado por Benedito Santos e Rita Ippolito (2011), aborda a educação para sexualidade enfocando temas como higiene corporal, reconhecimento das partes do corpo, e a distinção entre os corpos femininos e masculinos. Discutem-se quais partes do corpo podem ser tocadas e as condições sob as quais isso é permitido, ressaltando que apenas cuidadores confiáveis ou profissionais de saúde durante procedimentos médicos deveriam fazê-lo. Os autores ainda consideram que esse assunto deve ser tratado de forma apropriada ao entendimento e maturidade da criança.

A educação para sexualidade não pode ser vista como um "tabu" ou um "problema" que a escola deve resolver sozinha. É uma parceria na qual a comunicação aberta entre escola e família pode desmistificar e facilitar esse processo educativo, tornando-o mais pertinente e eficaz. Portanto, ao invés de encarar a educação para sexualidade como um "bicho de sete cabeças", podemos vê-la como uma oportunidade de semear uma sociedade futura mais inclusiva e harmoniosa. Ao equipar nossas crianças com conhecimento, respeito e empatia desde cedo, estamos combatendo a proliferação de preconceitos. A educação para sexualidade, portanto, é um convite à aventura, ao diálogo e à transformação.

3.1 Impactos das construções sociais de gênero na infância

As construções sociais de gênero desempenham um papel fundamental na formação das crianças durante seus primeiros anos de vida. No contexto da Educação Infantil, essas construções influenciam não apenas a forma como as crianças se percebem, mas também como interagem uns com os outros. O entendimento de gênero é moldado por normas sociais, expectativas culturais e experiências cotidianas, que, em última análise, definem comportamentos e papéis associados a meninos e meninas.

Os autores Vianna e Finco (2009) destacam que a relação entre papéis de gênero, infância e escola é intrínseca à vida humana. Os papéis de gênero consistem em expectativas, normas e comportamentos socialmente atribuídos com base na identidade de gênero percebida. Na infância, a influência desses papéis é frequentemente internalizada de maneira inconsciente. Desde cedo, meninos e meninas são expostos a mensagens que orientam suas ações, brincadeiras e interações sociais, moldando suas percepções e comportamentos conforme as normas estipuladas pela sociedade.

A influência das construções sociais de gênero nas identidades de crianças é profunda e duradoura. Essas normas moldam não apenas como as crianças se veem, mas também como interagem com seus colegas. Por exemplo, a expectativa de que meninos sejam dominantes pode levar a comportamentos competitivos, enquanto meninas podem ser encorajadas a adotar papéis mais subservientes. Essas dinâmicas não apenas afetam os relacionamentos e a amizade entre as crianças, mas também impactam a formação de sua autoestima e autoconfiança ao longo do tempo.

A complexidade das questões de gênero nas escolas, conforme Camilo e Argenti (2019) impedem avanços significativos. A falta de compreensão do conceito gera desinteresse entre educadores, que temem a criminalização de suas abordagens, dificultando a promoção de uma educação inclusiva e consciente sobre gênero nas instituições de ensino.

A promoção da igualdade de gênero é muitas vezes mal interpretada como uma tentativa de desestabilizar a estrutura familiar tradicional. Essa visão pode levar a conflitos entre educadores, que buscam implementar uma educação inclusiva, e pais que se sentem ameaçados por essas mudanças. Esses conflitos podem criar um ambiente de tensão, onde a comunicação eficaz se torna fundamental.

Barreto (2016) enfatiza a relevância de reexaminar as práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil, com o objetivo de desconstruir as distinções de

gênero. É imprescindível que as crianças sejam ensinadas a respeitar umas às outras e tenham a oportunidade de vivenciar experiências que favoreçam a igualdade entre os gêneros desde os primeiros anos de vida. Ao estabelecer um ambiente em que meninas e meninos gozem dos mesmos direitos, torna-se viável contribuir para a transformação social, promovendo uma sociedade mais igualitária, humana e solidária.

Para promover uma educação não discriminatória, é vital que educadores adotem práticas pedagógicas inclusivas que incentivem a diversidade de gêneros. O desenvolvimento de uma cultura escolar que valoriza a individualidade e a inclusão deve ser uma prioridade para os educadores na formação de um ambiente respeitoso e acolhedor. Atividades lúdicas são uma forma eficaz de engajar crianças na discussão sobre estereótipos de gênero.

Brincadeiras que incentivam a troca de papéis e a colaboração entre meninas e meninos podem ajudar a promover empatia e compreensão mútua. Jogos e contação de histórias que apresentam personagens não convencionais em papéis diversos também são fundamentais. Essas práticas não só promovem a igualdade, mas também ampliam o repertório de experiências que as crianças podem vivenciar.

Uma abordagem pertinente para a capacitação de professores em questões de gênero deve incluir uma variedade de métodos pedagógicos. Entre as práticas recomendadas, destacam-se oficinas pedagógicas, formação continuada e recursos didáticos que abordem a diversidade de gênero. Tais abordagens não só informam os educadores sobre os temas de gênero, mas também oferecem ferramentas práticas para lidar com situações desafiadoras na sala de aula. A adoção de uma formação crítica e reflexiva é, portanto, essencial para o sucesso desse processo.

Não trazer essas questões de gênero, devidamente compreendidas, de maneira consciente e criticamente refletidas para dentro da educação, visando uma formação docente atualizada e preparada para lidar com essas questões de maneira a respeitar a dignidade da pessoa humana e atender essas diretrizes em consonância com esse postulado basilar do nosso Estado Democrático de Direito no Brasil, provavelmente irá ferir a própria dignidade inerente aos educandos e todo esse regime de direitos de que eles deveriam usufruir (Aquino, 2019, p. 61).

A formação em questões de gênero tem um impacto significativo no ambiente escolar. Educadores capacitados promovem um espaço de respeito e valorização das diferenças, resultando em uma convivência mais harmoniosa entre alunos. Além disso, as crianças expostas a práticas educativas inclusivas desenvolvem maior empatia e respeito pela diversidade. Portanto, a formação de professores não apenas

beneficia os educadores, mas também enriquece a experiência de aprendizagem de todos os alunos.

Para garantir um ambiente escolar inclusivo, é imprescindível adotar estratégias que respeitem a diversidade de gênero. Isso pode incluir a implementação de políticas de acolhimento, formação de grupos de apoio e atividades que celebrem a diversidade. Além disso, promover um diálogo aberto sobre gênero nas reuniões escolares pode ajudar a sensibilizar toda a comunidade educativa. Essas estratégias contribuem para a construção de um ambiente que não só aceita, mas também valoriza as diferenças.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi de natureza qualitativa, uma vez que se trata de uma pesquisa com narrativas em educação. A pesquisa narrativa é caracterizada como uma forma de investigação que pretende compreender e interpretar a experiência humana por meio de histórias e relatos pessoais. Essa abordagem é especialmente significativa para a educação, pois permite que as vozes e experiências dos sujeitos sejam ouvidas e compreendidas em toda a sua complexidade. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas individuais gravadas, possibilitando um diálogo aberto e aprofundado com os participantes.

A pesquisa qualitativa, conforme descrita por Minayo (1994), destaca-se pela sua capacidade de explorar em profundidade a complexidade dos comportamentos humanos e das interações sociais. Ao contrário dos métodos quantitativos, que focam na quantificação e na generalização dos resultados para uma população maior, os métodos qualitativos são projetados para revelar variados aspectos do contexto social em que os indivíduos estão inseridos.

Igualmente Nogueira-Martins e Bógus (2004) enfatizam a importância da abordagem qualitativa em pesquisas científicas, que se diferencia dos métodos quantitativos ao focar no entendimento detalhado das especificidades do objeto de estudo. Ao invés de buscar padrões generalizáveis, a pesquisa qualitativa visa capturar a essência e o significado profundo do fenômeno, proporcionando uma compreensão rica e menos abstrata. Essa abordagem é regida pelo princípio da intersubjetividade, indicando que o conhecimento é uma construção coletiva entre

pesquisador e objeto de estudo, através de um processo dialético. Assim, a pesquisa qualitativa oferece uma perspectiva mais humanizada da ciência, enriquecendo o processo e os resultados obtidos.

A pesquisa com narrativas em educação destaca-se por sua capacidade de construir uma apreensão da realidade que é inerentemente subjetiva, fato este que Bolívar Botía (2002) ressalta, ao afirmar que a narrativa configura-se como um instrumental vital na construção da realidade social. Além disso, a pesquisa narrativa estabelece-se como um processo dialógico, no qual as histórias pessoais dos sujeitos e as interpretações do pesquisador convergem, proporcionando uma compreensão ampliada da dinâmica social. Este enfoque dialógico não apenas facilita a emergência de uma visão compartilhada, mas também reforça o papel da narrativa como um meio privilegiado de elaboração do conhecimento social.

Por outro lado, Silva e Pádua (2010) apresentam a entrevista narrativa como sendo um método de pesquisa qualitativa que busca coletar histórias e experiências pessoais dos entrevistados, permitindo que eles narrem suas vivências de forma livre e detalhada. O foco está na construção de uma narrativa que abrange início, meio e fim, proporcionando uma compreensão profunda do tema pesquisado. O entrevistador atua como um ouvinte ativo, incentivando a expressão espontânea e a reflexão do narrador.

A entrevista narrativa é uma metodologia amplamente utilizada na pesquisa biográfica para captar as vivências subjetivas do entrevistado de maneira livre, sem as limitações impostas pelas perguntas e respostas típicas das entrevistas tradicionais. Esse método não tem como objetivo relatar diretamente a experiência real, mas permite que o entrevistado reconstrua suas memórias e se expresse de forma criativa (Silva; Pádua, 2010). Dessa maneira, a entrevista narrativa se distingue como um processo dinâmico e inventivo, no qual o entrevistado tem a chance de reformular e reimaginar suas experiências pessoais.

Silva e Pádua (2010) apontam que a entrevista narrativa se difere da semiestruturada por se basear em uma única pergunta inicial, conhecida como questão gerativa. Essa pergunta é o núcleo do método e deve ser minuciosamente elaborada pelos pesquisadores. Seu propósito é induzir o entrevistado a descrever uma narrativa completa em relação ao tema estudado. A questão gerativa deve não apenas destacar o foco da pesquisa, mas também ser formulada de maneira a

incentivar uma descrição espontânea e detalhada dos eventos, abrangendo desde o início até o fim do processo ou fenômeno em questão.

A vista disso, este trabalho tem como questão gerativa a seguinte pergunta: "Você já abordou a temática da educação para a sexualidade em sua prática pedagógica?" Essa questão buscou explorar a profundidade e a frequência com que os educadores incorporam discussões sobre sexualidade em seus métodos de ensino. O objetivo deste estudo é identificar não apenas se os educadores têm incorporado esta temática em seus métodos de ensino, mas também como ela tem sido apresentada e qual a profundidade do conteúdo abordado. Além disso, busca-se compreender as possíveis barreiras que os educadores enfrentam ao integrar temas de sexualidade em suas aulas, que podem variar desde a falta de material didático adequado e formação específica até questões de cunho cultural ou ideológico.

O presente trabalho foi realizado no Colégio de Aplicação/Escola de Educação Básica CAP-EEBAS/UFPB, localizada no Campus I da UFPB. A escolha por esta escola se deu por ser uma escola de referência em Educação Infantil e Fundamental e, que também atua nas áreas de pesquisa, extensão e estágios da UFPB.

O público alvo desta pesquisa serão professores da Educação Infantil que lecionam em turmas do infantil III a V, da escola da Universidade Federal da Paraíba – EEBAS, com um papel importante de desempenhar o desenvolvimento das crianças no tema Educação para Sexualidade.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com base no cotidiano, com três professoras da Educação Infantil, tendo em vista um olhar para os desafios e possibilidades nas práticas pedagógicas desses professores, desse modo, a entrevista será feita em dias distintos para cada professora. A mesma se realizará em seis dias diferentes na escola campo para este trabalho, dois dias para cada professora em sala de aula, com o intuito de coletar dados a fim de investigar e destacar os desafios nas práticas dos docentes sobre a temática abordada.

5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

5.1 Entrevistas narrativas

Neste estudo, foram realizadas entrevistas com três professoras, todas com formação em Pedagogia e que exercem suas funções nas turmas de infantil III e IV do Colégio de Aplicação - Escola de Educação Básica (CAP-EEBAS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para fins de identificação, estas professoras serão referidas como Professora 1, Professora 2 e Professora 3.

A condução das entrevistas apresentou uma série de desafios, especialmente no que tange à disponibilidade de horários das entrevistadas. Além disso, observou-se uma certa relutância e insegurança por parte das professoras ao abordarem o tema proposto. Essa hesitação pode estar relacionada à complexidade e à delicadeza que o assunto da sexualidade na Educação Infantil envolve.

Questões como o conservadorismo presente na sociedade, a percepção do corpo, as construções de gênero, bem como a falta de preparo das docentes e a escassez de materiais didáticos apropriados, serão exploradas de forma aprofundada. Essas dimensões são fundamentais para compreender como a sexualidade é abordada no contexto educacional.

5.2 Conservadorismo

A educação para a sexualidade na infância é um tema que, embora de extrema relevância, provoca uma considerável insegurança entre os educadores. Ao serem indagadas sobre sua abordagem em suas práticas pedagógicas, as entrevistadas afirmam que discutem a temática apenas quando solicitados ou de maneira superficial, evitando um maior aprofundamento. Essa hesitação pode ser atribuída à falta de formação específica na área, bem como ao receio de causar desconforto em pais e responsáveis. Ao ser indagada “Você já abordou a temática da educação para a sexualidade em sua prática pedagógica?”, a professora 1 responde:

Bom dia, sim, como uma temática a partir das literaturas, nas rodas de conversa, esse tema já surgiu. Eu sou professora de criança de três anos, então é uma abordagem meio por essa via, através da literatura e das conversas nas rodas (Professora 1).

Frison (2016) destaca que as questões de corpo, gênero e sexualidade nas crianças são negligenciadas nos projetos pedagógicos da Educação Infantil. A

construção da identidade pessoal é subestimada, pois muitos educadores permanecem em práticas tradicionais, baseadas na transmissão de conhecimentos, limitando o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos.

Quando perguntada sobre possíveis indagações sobre o trato da temática, a professora 1 relata que nunca enfrentou questionamentos por parte das famílias sobre a abordagem da sexualidade com as crianças, no entanto, a discussão se torna mais polêmica quando se trata de questões de gênero, indicando que esse aspecto pode gerar divergências de opinião entre os pais.

Pelas famílias, você diz? Não, nunca houve questionamento sobre essa questão de trazer esse tema da sexualidade para as crianças, a questão do cuidado, do respeito ao toque, da atenção com relação aos adultos. As famílias, no geral, compreendem que essa é uma temática importante. Eu acho que, às vezes, entra um pouco no campo da polêmica quando vai para essa questão do gênero (Professora 1).

Essa observação sugere que, enquanto a sexualidade é aceita, a discussão sobre gênero ainda pode ser um ponto sensível nas conversas educativas. As nuances que envolvem a identidade de gênero são frequentemente cercadas por preconceitos e desinformação, tornando o diálogo mais complicado. Muitas vezes, os pais podem ter visões distintas sobre o que significa gênero ou como isso deve ser abordado na educação das crianças. Isso pode levar a situações em que os educadores precisam navegar por um campo minado de emoções e crenças pessoais.

Novamente ao ser questionada sobre a abordagem em relação à educação para sexualidade, a professora 1 afirma que só chega a abordar o tema se foram prescritos nas formações escolares ou no plano de aula, mas não por conta própria.

Não, às vezes, quando é necessário ou quando é mesmo uma temática específica que eu estou abordando. Geralmente, no início do ano, que a gente trabalha com esse aspecto da identidade, e aí entra também essa identificação da criança, o seu corpo e tudo mais (Professora 1).

Neste contexto, a professora considera importante refletir com as crianças sobre a identificação de si mesmas e a compreensão de seus corpos. No entanto, não aborda a sexualidade de maneira sistemática, mas sim em momentos que se mostram relevantes para o desenvolvimento dos alunos. A sua prática pedagógica, portanto, está condicionada ao que é exigido pelos currículos e aos tópicos que surgem nas atividades escolares.

É geralmente um período em que a gente costuma fazer essa reflexão com as crianças também, em torno da sexualidade. E aí a gente eventualmente reforça nas conversas, por exemplo, no uso do banheiro, nessa questão da relação, da intimidade (Professora 1).

A narrativa demonstra uma certa resistência em tratar a sexualidade como um tema corriqueiro, limitando a discussão a situações que se mostram apropriadas ao longo do ano letivo. Essa abordagem seletiva demonstra uma hesitação em integrar a sexualidade à Educação Infantil de maneira mais ampla, o que pode influenciar a compreensão e o manejo que as crianças terão dessas questões ao longo de suas vidas. A limitação do diálogo sobre sexualidade pode resultar em uma visão distorcida ou superficial, dificultando o desenvolvimento de uma compreensão saudável e adequada sobre o tema.

Novamente, ao destacarmos a fala final da professora 1, é possível notar que as respostas dadas em relação às perguntas formuladas foram, de fato, superficiais. Essa superficialidade evidencia um conhecimento limitado sobre a temática abordada, além de uma notável dificuldade em integrar a educação para sexualidade no cotidiano da sala de aula, assim como apresentada na fala a seguir:

Mas é mais assim, são assuntos que vão surgindo a partir da necessidade de situações que acontecem ou das conversas das crianças, às vezes, que chegam com uma atenção diferente ou realmente como algo mais planejado dentro desse bloco maior (Professora 1).

Nesse sentido, Henrique; Santos e Santos (2017) destacam que a ausência de conhecimento dos profissionais da educação gera receio em abordar questões de desigualdade de gênero e manifestações da sexualidade. Essa limitação no ambiente escolar compromete a formação da identidade de gênero das crianças, muitas vezes de maneira negativa. Essa análise é baseada nas experiências vividas no contexto escolar e familiar, que moldam indivíduos que tendem a não aceitar as diferenças ou a distorcer as relações sociais em função da condição de gênero.

As questões de gênero frequentemente encontram resistência em diversos contextos, resultando em tabus e preconceitos que podem afetar o acesso das crianças a uma educação inclusiva. Alguns educadores e famílias podem hesitar em discutir temas relacionados à diversidade de gênero, temendo desvirtuar valores tradicionais. Essa resistência pode resultar na marginalização de crianças que não se encaixam nos padrões de gênero convencionais. Portanto, é essencial que se conduza uma problematização tanto na comunidade escolar quanto nas famílias, a fim de desmistificar essas questões e promover um diálogo aberto.

A resistência conservadora não só afeta as políticas de educação, mas também molda os valores das crianças, reforçando estereótipos de gênero. Assim, o futuro da Educação Infantil em relação ao gênero precisa considerar essas dinâmicas

complexas. É essencial buscar um equilíbrio que favoreça uma educação mais inclusiva e diversa, que respeite as diferenças e promova a igualdade desde cedo.

5.3 Escassez de material didático

Um dos principais desafios enfrentados na implementação da educação para a sexualidade diz respeito à falta de material didático qualificado. Os educadores muitas vezes se sentem inseguros sobre como abordar o tema de maneira apropriada para as crianças. Além disso, a resistência cultural e social em discutir sexualidade nas escolas pode limitar as iniciativas.

A mesma pergunta foi feita à professora 2: "A senhora já abordou o tema da educação para a sexualidade em sua prática pedagógica?". Em seguida foi desenvolvido um diálogo sobre os desafios enfrentados na abordagem da temática da educação para sexualidade em sua prática pedagógica cotidiana. A professora evidenciou a dificuldade de abordar o tema devido à falta de recurso didático adequado:

Rapaz, poucas vezes. Por conta da dificuldade de como fazer isso. De um material qualificado para a idade das crianças. Então a gente aborda mais quando tem aquela campanha da sexualidade, de se protegerem do assédio sexual, fora isso, não é um componente que é transversal na minha prática, não (Professora 2).

De acordo com a professora 2 a dificuldade em encontrar recursos didáticos na linguagem adequada para crianças em fase de transição da infância acaba deixando uma certa insegurança em incorporar a educação para sexualidade de maneira mais consistente em suas práticas. A escassez de recursos com uma linguagem acessível à faixa etária dos alunos torna a tarefa ainda mais complexa. Essa falta de apoio pode fazer com que os educadores abordem o tema apenas em momentos específicos, como campanhas de conscientização sobre assédio.

Em seguida foi feito o seguinte questionamento: "Você acha esse tema desafiador?" A resposta foi afirmativa e deu início a outro diálogo:

Sim. Desafiador pela falta de material de qualidade e acesso a um material didático pedagógico. É difícil encontrar recursos didáticos na linguagem que nós temos, né? Porque são crianças que estão fazendo essa transição da infância (Professora 2).

Vanessa Camilo e Márcia Argenti (2019) ressaltam a carência de disciplinas de educação para sexualidade na formação de professores de Educação Infantil. Essa lacuna no currículo evidencia a necessidade de uma abordagem diferenciada sobre o

tema, visto que os educadores enfrentam desafios diários que demandam orientações adequadas sobre sexualidade e gênero na educação. Além disso, observa-se a ausência de cursos de formação continuada que proporcionem o suporte necessário aos educadores, reforçando a importância de incluir a educação para sexualidade na formação inicial e contínua dos profissionais da área.

A falta de formação e suporte também agravam a situação. Segundo a professora 2, ela consegue abordar de forma genérica a percepção que as crianças têm sobre o próprio corpo, mas não consegue se aprofundar tanto no assunto por falta de conhecimento e preparação. Ela aponta que:

A minha dificuldade é essa mesmo, como eu sou muito rigorosa do modo de como comunicar as coisas, né? Eu até consigo trabalhar bem a consciência do corpo, eu consigo trabalhar a percepção, mas eu não entendo com profundidade o tema, assim, falando do ponto de vista acadêmico, né! (Professora 2).

A maneira como as crianças percebem seus corpos é fundamental no processo de educação para sexualidade. Elas começam a formular suas próprias ideias a partir das interações sociais e do ambiente escolar. A professora 2 reconhece que sua abordagem na consciência corporal é positiva, porém, sem uma base teórica sólida, fica difícil aprofundar a discussão sobre temas mais complexos relacionados à sexualidade. Apresentamos aí uma nova questão: "Então você acha que falta formação continuada?", novamente a resposta foi afirmativa:

É essencial. Sem sombra de dúvida. Isso, é isso mesmo. Formação continuada. Formação específica que orienta o professor a como trabalhar com essas temáticas, de maneira prática. Sabe que hoje a gente tem muita...Teoria nós temos acesso, principalmente os professores da ELAS, todos nós somos pesquisadores. Mas o que nós precisamos para a nossa prática é de formação que nos oriente de como fazer, né? (Professora 2).

A próxima pergunta se deu através do seguinte questionamento: "Você acha que essa temática gera um certo preconceito diante da sociedade e dos pais?". A professora 2 respondeu de forma incisiva, afirmando que não. Em sua perspectiva, é essencial reconhecer que a responsabilidade pela comunicação do conteúdo pedagógico recai sobre o professor:

Não. Porque eu acredito que quem diz como vai ser comunicado o conteúdo pedagógico é o professor. Se o professor tem segurança do que faz, ele vai ter segurança na justificativa pedagógica e acadêmica para os pais (Professora 2).

A forma como o educador apresenta e fundamenta suas práticas pedagógicas é crucial para esclarecer as dúvidas dos familiares. Além disso, enfatiza-se que a responsabilidade pela comunicação do conteúdo pedagógico recai sobre o

professor, cuja segurança nas suas ações se reflete na justificativa apresentada aos pais. Portanto, o domínio do educador sobre o assunto que está sendo discutido é fundamental para a consolidação de um diálogo aberto e esclarecedor.

Ainda seguindo o mesmo diálogo, a professora afirma que a segurança do educador na abordagem de tais assuntos é fundamental para justificar suas escolhas tanto pedagógicas quanto acadêmicas aos pais. Como uma mulher negra de origem periférica, com familiares LGBTQIA+, ela acredita que sua vivência e conhecimento a capacitam a desfazer preconceitos, mas que, no entanto, apesar de temas raciais, igualdade de gênero, corpo e identidade já serem abordados de forma breve nos componentes curriculares, falta informação e aprofundamento nas questões de sexualidade. Ela afirma:

Então, por exemplo, eu sou negra, né? De origem periférica e tudo mais. Tenho na minha família pessoas gays, trans e tudo mais. E a maneira que eu falo das coisas que eu tenho local de fala, isso desfaz qualquer imagem de preconceito (Professora 2).

Lara et al. (2021) apontam que, por muito tempo, as escolas negligenciaram a educação para sexualidade, tratando as crianças como seres assexuados. Essa abordagem se fundamentava na crença de que o silêncio sobre a sexualidade impediria sua exploração, visto que o tema é frequentemente considerado proibido e reprimido. Assim, opta por não discutir o assunto, confiando que a natureza cuidaria do desenvolvimento sexual infantil.

O diálogo anterior abriu a porta para outro questionamento: "Então a seu ver suas vivências, te permitem lidar melhor com certos assuntos?". A professora respondeu:

Sim, claro porque eu sou exemplo vivo de luta, superação, tenho a linguagem certa, tive mais oportunidade e acesso à informação. Então quando se toca, não vou dizer que eu toco nisso, mas quando é uma oportunidade, eu vejo alguma coisa de preconceito, eu consigo argumentar por ter acesso a informações de qualidade. A educação nessa perspectiva que você está falando é um desafio justamente porque eu tenho muito esse cuidado (Professora 2).

Ela enfatiza que, quando surgem oportunidades de discutir preconceitos ou questões relacionadas à sexualidade, consegue articular argumentos de forma fundamentada, utilizando seu amplo conhecimento. Essa capacidade é resultado de um processo contínuo de aprendizado e reflexão, que a habilita a enfrentar desafios sociais e educacionais com mais facilidade.

No entanto, fica claro que é essencial que se rompa o silêncio e se promova uma discussão aberta sobre sexualidade, respeitando a infância e possibilitando que as crianças compreendam e explorem as dimensões da sexualidade de maneira saudável. A informação adequada permite também desmistificar os tabus e preconceitos quanto à educação para sexualidade nas escolas, com relação às famílias e responsáveis. Quando os educadores têm a liberdade de discutir esses assuntos, eles não apenas educam, mas também inspiram. Isso cria uma cultura de respeito e entendimento, no qual a sexualidade é vista como uma parte cotidiana da vida humana e não como um assunto a ser evitado.

Em continuação ainda ao mesmo diálogo, a professora afirma que os preconceitos familiares não são obstáculos para sua prática pedagógica. Ela destaca que a verdadeira barreira é a falta de informação sólida:

Então, assim, eu não vejo que os preconceitos das famílias são barreiras para que eu tenha uma prática pedagógica. A barreira é a falta de informação contundente mesmo, pelo menos para o professor do meu perfil. Que aí eu tendo segurança do que estou fazendo, eu convenço até o presidente do mundo que aquele é o melhor para a educação das crianças (Professora 2).

A professora deixa claro sua intenção de promover a conscientização sobre a importância do cuidado com o corpo, sem direcionar ideologias específicas, respeitando a diversidade de opiniões entre os pais, especialmente os mais conservadores. Ela enfatiza que seu objetivo não é impor uma visão, mas sim educar sobre a relevância do corpo e dos cuidados que devem ser dispensados a ele:

Que eu não estou querendo direcionar X, Y, né? Porque a gente tem muitos pais conservadores. Mas eu estou querendo conscientizar que existe um corpo, que esse corpo tem um cuidado e que a gente precisa trabalhar com esse corpo, entendeu? E aí, para os pais, eu digo com muita segurança, porque eu já vivi muitas experiências. O que importa é que qualidade está chegando para o meu filho, independente do conteúdo (Professora 2).

Essa abordagem reflete uma preocupação em equilibrar a conscientização sobre a saúde e o bem-estar físico com a sensibilidade em relação às crenças familiares, buscando oferecer um ambiente educativo que respeite as diferentes perspectivas dos pais e que se pautem nos conhecimentos científicos sobre a temática.

A professora 2 é a única mulher negra na escola, isso fica bem evidente em suas falas e reflete sobre sua experiência e a percepção do preconceito na sociedade. Ela destaca que, apesar de ser a única com características visíveis de sua identidade racial, a segurança que demonstra em seu papel docente é fundamental para a dinâmica da sala de aula. Ela afirma que:

Então, não é esse problema. Eu não vejo dessa forma. Não estou querendo dizer que a sociedade não é preconceituosa. Isso fica claro na minha fala. Não estou querendo dizer que não existe preconceito, eu sei que existe. E eu sou a única professora preta mesmo na escola. Preta, preta com característica de mulher preta. Pele preta, cabelo crespo, pele fêrrica, assim. A única que tem a raiz mesmo (Professora 2).

A sua postura sugere que, ao focar na excelência de sua prática pedagógica, ela pode não apenas superar barreiras, mas também inspirar seus alunos e colegas, promovendo uma cultura de respeito e aceitação. Assim, a mensagem central é a de que a superação do preconceito no contexto educacional depende, antes de tudo, da qualidade do trabalho realizado e da confiança no próprio potencial. Essa abordagem não apenas contribui para a formação de um espaço escolar mais acolhedor, mas também reforça a importância do profissionalismo e da resiliência como ferramentas eficazes na promoção da inclusão.

5.4 Gênero e Corpo

A discussão sobre gênero, identidade e corpo na educação infantil é de extrema relevância, uma vez que esses elementos são fundamentais na formação da criança. Desde os primeiros anos de vida, as crianças começam a explorar e compreender suas identidades em um contexto social que pode ser influenciado por normas e expectativas de gênero. O ambiente educacional desempenha um papel crucial na maneira como as crianças percebem a si mesmas e aos outros, o que, por sua vez, impacta seus desenvolvimentos emocionais e sociais.

A entrevista se deu início com o questionamento padrão já utilizado anteriormente "A senhora já abordou o tema da educação para a sexualidade em sua prática pedagógica?". Nota-se que cada professora reagiu de uma forma diferente ao questionamento. Em resposta, a professora iniciou sua fala com um bom dia, enfatizando que, até o momento, não havia implementado essa temática em suas atividades. Ela explicou que seu trabalho com as crianças envolve, primeiramente, a identificação das partes do corpo, destacando as diferenças entre meninos e meninas:

Assim, de forma incisiva, direta, ainda não. Eu trabalho, assim, com as crianças, as partes do corpo e mostra-se que o menino é diferente da menina. Na questão do xixizinho, eu falo que a menina é diferente, mas, assim, não mostro nada. Eu só faço o desenho e, geralmente, não venho mostrando as figuras que eu uso, né? Só o corpo da criança (Professora 3).

É importante ressaltar que a professora toma precauções ao abordar o tema, enfatizando a importância de respeitar os limites, afirmando que somente os responsáveis, como pais e mães, devem ter a permissão de tocar e limpar as crianças. Essa abordagem cuidadosa reflete a necessidade de um diálogo sensível acerca do cuidado com o corpo no ambiente escolar. Esse cuidado pode ser refletido na sua próxima fala, dando ainda continuidade a mesma pergunta:

Nada relacionado assim, diretamente à sexualidade. Eles têm muita, assim, amizade. Eles gostam de estar se agarrando por cima do outro, não sei o quê. Aí, quando eu vejo que está muito, assim, muito contato físico, aí eu falo explicitamente. Eu não falo com raiva, nem brigando, não. Eu falo, eita, essa brincadeira está legal, vamos brincar de outra coisa? (Professora 3).

Foucault (1988) resalta que os significados de gênero são moldados culturalmente pela sociedade em que as crianças estão inseridas. É comum que pais eduquem seus filhos com distinções de comportamentos apropriados para "meninas" e "meninos", uma divisão que é frequentemente reforçada por professores. Essa naturalização limita as experiências e aprendizagens dos alunos, impactando negativamente sua forma de expressão, comportamento e as expectativas que podem desenvolver. A segregação de gênero na educação pode prejudicar o pleno potencial das crianças, restringindo sua liberdade de explorar e aprender de maneira ampla e diversificada.

A próxima pergunta direcionada a professora foi com relação aos preconceitos com relação ao tema: "Você acha um tema que há um preconceito em se tratar na abordagem da educação infantil?". Ela mencionou que existe cautela ao tratar certos temas, pois já ocorreram situações em que pais se opuseram.

Sim, a gente tem muito cuidado, porque já teve casos que vieram pais, né, assim, de questionar o porquê de estar abordando isso. Eu não, mas teve uma professora daquela escola que foi chamada pelos pais, por causa do tema "o que menina usa e o que menino usa". Aí, o menino disse que pai dele que usava brinco. Aí, a professora foi dar a opinião dela, que não foi de acordo com o pai. E teve essa confusão (Professora 3).

A resistência que educadores enfrentam ao tratar da desconstrução de estereótipos de gênero evidencia a complexidade das normas sociais que envolvem a educação infantil. Muitos pais, por motivos culturais ou pessoais, mostram relutância em abordar assuntos que desafiam os papéis tradicionais de gênero. Essa resistência não só restringe o diálogo, mas também pode afetar o desenvolvimento emocional e social das crianças que estão em sua fase de formação. Em continuidade ao diálogo sobre a questão anterior, a professora 3 afirma que:

E, desde então, a gente, sabe, tem que ter cuidado com essas coisas. A gente fala das diferenças, mas sem entrar nesse campo de que azul é de menino, que rosa é de menina. E se algum menino tem uma escolha diferente, assim, por brincar, querer pegar boneca e tal, eu não recrimino, não vou em cima, não foco tipo, esse não pode, pegue o carrinho, eu deixo e tal, e depois ofereço outra coisa pra ele, mas, assim, de dizer incisivamente que isso não é de menino eu não digo (Professora 3).

Os estereótipos de gênero têm um impacto significativo no desenvolvimento emocional e social das crianças. Ao serem expostas a normas rígidas relacionadas a gênero, as crianças podem sentir-se limitadas em suas escolhas e expressões. Isso pode resultar em problemas de autoestima, depressão e uma dificuldade em estabelecer relações saudáveis. Além disso, a internalização de estereótipos pode levar a uma perpetuação de ciclos de discriminação e desigualdade. É fundamental que educadores e pais colaborem para criar um ambiente que permita a liberdade de expressão, a diversidade e a desconstrução de tais estereótipos.

De acordo com Vianna Finco (2009), o corpo, seus gestos e as imagens corporais são frutos da cultura e dos valores sociais. O corpo, compreendido em seus movimentos, posturas, ritmos, expressões e linguagens, é uma construção social que se desenvolve nas interações entre crianças e adultos, conforme as especificidades de cada sociedade e cultura. Assim, ele é produzido, moldado, modificado, adestrado e adornado de acordo com parâmetros culturais. Portanto, a percepção e a expressão do corpo refletem as influências culturais e sociais que o cercam.

Aproveitando o diálogo pela professora em questão, foi feita a seguinte pergunta: "como lida com essa temática de gênero? Você acha difícil a abordagem?". A professora em questão expressou a complexidade da abordagem da temática de gênero em sala de aula. Ela mencionou que evita atividades para casa e possui cautela ao tratar do assunto:

Sim, é muito complicado, eu tenho muito cuidado, eu não faço atividade nenhuma pra casa. Sempre falo assim: pintar a unha, quem é que pode pintar a unha? Quem é que pode pintar o cabelo? Quem é que pode ter cabelo grande? Eu falo que menino também pode ter cabelo grande, se ele quiser, e se o papai e a mamãe permitir, pode fazer, usar brinco, mas só se o papai e a mamãe deixarem (Professora 3).

Os tipos de brinquedos que geralmente são oferecidos às crianças reforçam estereótipos de gênero. Brinquedos como bonecas costumam ser destinados às meninas, enquanto carrinhos são mais associados aos meninos. Essas categorizações problemáticas não só limitam as formas de brincar, mas também influenciam como as crianças veem suas próprias habilidades. Incentivar a

diversidade de brinquedos é fundamental para permitir que cada criança explore diferentes aspectos de sua identidade.

Intervenções educativas que favoreçam a inclusão e a conscientização sobre gênero são essenciais na luta contra estereótipos. Projetos que estimulem conversas sobre identidade de gênero e a exploração de diferentes interesses podem contribuir para a desconstrução de normas nocivas. Ademais, é importante que os educadores recebam formação continuada para identificação e tratamento desses temas de forma sensível.

Nessa perspectiva, surgiu uma nova questão: "Então para você, você acha que falta uma formação, ou não? Uma formação contínua para essa abordagem na educação infantil, para as professoras?". Ela responde:

Eu acho que não seria nem uma formação. Deveria ser mais, assim, um apoio para quando a gente for tratar esse assunto, não ser processado e nem ter pais, assim, que venham questionando a sua pedagogia, o seu método de pedagogia (Professora 3).

Mais do que uma formação contínua, é importante oferecer um apoio que permita aos professores trabalharem esses assuntos sem o temor de processos judiciais ou questionamentos por parte dos pais sobre suas práticas pedagógicas. Destaca-se a importância de um ambiente seguro e acolhedor, onde os educadores possam desenvolver suas atividades com confiança, promovendo uma educação que respeite a diversidade de questões que podem surgir no contexto escolar.

Souza (2022) afirma que a formação continuada deve incluir discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, promovendo reflexões essenciais à constituição das identidades. "É fundamental que a comunidade escolar, junto com os educadores, enfatize a importância dessas temáticas na prática docente e pedagógica, estabelecendo um diálogo democrático como caminho viável. Dessa forma, busca-se criar um ambiente escolar que promova a equidade e combata a discriminação, favorecendo a diversidade e a convivência respeitosa."

Nessa sequência a professora continua o diálogo, no qual sugere que a abordagem deve ser mais legal e focada em aspectos jurídicos, oferecendo um suporte específico. A professora menciona sua falta de entendimento sobre o tema e, apesar de realizar seu trabalho, sente-se receosa de aprofundar as discussões devido às possíveis reações dos pais.

Eu acho que não seria nem uma formação. Seria uma coisa mais legal, mas da parte jurídica mesmo, assim, um apoio a mais, algo mais específico, entendeu? Eu não entendo nada disso. De qualquer forma, a gente trabalha,

mas eu até tenho medo de aprofundar por causa dessas questões dos pais. Quando precisamos trabalhar essa questão do "eu" e o "outro" do corpo etc. (Professora 3).

A ausência de diretrizes claras e apoio jurídico nas escolas tornam ainda mais difícil para os educadores abordarem questões de gênero e sexualidades. Muitas vezes, as professoras se sentem desprotegidas juridicamente e acreditam que suas ações podem resultar em consequências negativas para sua carreira. A falta de uma estrutura legal que defenda a diferença e a inclusão no ambiente escolar contribui para a limitação das discussões sobre identidade de gênero, prejudicando tanto educadores quanto alunos.

A professora termina a narrativa pegando como exemplo uma das crianças que ela explica que ele é autista e ela precisa trocar suas fraldas, e por serem muito curioso isso vira um evento, ele compara seu corpo com o corpo de outros meninos como ele. Ela afirma:

Inclusive, eu tenho um aluno autista, eu troco a fraldinha dele aqui, e eles são muito curiosos né. Ele fala, minha estrela, é igual a de vocês, dá para fazer o xixzinho, ó, como é igual de vocês, dos meninos. E aí a gente explica as meninas também tem, mas o delas é diferente, ele é um menino. E os meninos são assim (Professora 3).

A abordagem de gênero e identidade na educação infantil é um tema delicado que exige apoio jurídico, pedagógico e emocional para as professoras. A compreensão e a aceitação dessas questões são essenciais para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso. Portanto, somente assim será possível promover uma educação que valorize a diferença, preparando as crianças para um futuro mais justo e igualitário.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada aqui teve como objetivo investigar os desafios e as possibilidades nas práticas pedagógicas das professoras da Educação Infantil em relação à educação para sexualidade no cotidiano escolar. Problematizando como elas lidam com as questões relacionadas à sexualidade, e identificando tanto as barreiras que enfrentam, como as estratégias que utilizam para integrar essa temática de maneira respeitosa e eficaz no ambiente escolar. A reflexão sobre esses aspectos é crucial para aprimorar a formação docente e, conseqüentemente, o aprendizado das crianças.

A partir das entrevistas realizadas com as educadoras, foi possível observar que a escola, e especialmente as professoras, ainda enfrentam dificuldades significativas para abordar a temática da sexualidade. Essas dificuldades podem ser atribuídas a diversos fatores, como o medo de represálias por parte da comunidade escolar, a falta de formação continuada específica para os educadores, bem como a escassez de materiais pedagógicos que tratem de forma adequada e sensível essa questão.

É importante ressaltar que a educação para sexualidade é uma temática de extrema relevância no contexto da formação integral das crianças, uma vez que envolve não apenas aspectos biológicos, mas também sociais, emocionais e éticos. Contudo, o fato de que muitas educadoras relatam insegurança em tratar desse assunto evidencia a necessidade de uma discussão mais ampla e profunda sobre a sexualidade nas instituições de ensino.

Além disso, a falta de políticas públicas que incentivem a formação de professores e o desenvolvimento de currículos que incluam a educação para sexualidade de maneira pertinente, contribui para a perpetuação de um cenário em que a sexualidade continua a ser um tabu nas escolas. Dessa forma, é imprescindível que haja um esforço conjunto entre gestores, educadores e a sociedade como um todo para que os obstáculos sejam superados e para que as práticas pedagógicas sobre a temática se façam presentes no cotidiano da ação docente.

REFERÊNCIAS

AQUINO, V. G. **Gênero e educação infantil: investigando a prática pedagógica de professores do município de Vitória da Conquista–Bahia**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, Bahia, 2019.

ARIÈS, Philippe. **La famille et la ville**. *Esprit* (1940-), n. 13 (1), p. 3-12, 1978.

BARBOSA, Hamilton Elias. **A construção histórica do sentimento de infância: da Idade Média à Moderna**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História) – Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSA. Goiânia, 2007.

BARRETO, Engrácia Maria Trópia et al. **A (des) construção de gênero nas práticas pedagógicas da educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-

Graduação em Gênero e Diversidade na Escola) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BASTOS, Sabrinna Evellyn Barbosa de. **Notas sobre o trajeto histórico da educação infantil aos dias atuais**. 2021. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade de Goiás, Goiânia, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: *Diário Oficial da União*, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016**. *Marco Legal da Primeira Infância*. Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*, 1990.

BOLÍVAR BOTÍA, Antonio. **¿De nobis ipsis silemus?: epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación**. Revista eletrônica de investigação educativa, v. 4, n. 1, p. 01-26, 2002.

CAMILO, Vanessa Cristina Sossai; ARGENTI, Márcia Cristina. **Infância, gênero e educação infantil: percepções e ações na formação continuada dos educadores**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara, São Paulo, 2019.

CAVALCANTI, Adriana Gomes de Lima. **Sexualidade infantil: concepções e práticas de professoras da educação infantil**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

DE ALMEIDA BAHIANA, Mariane; DE BRITO, Leandro Teofilo; DA FONSECA, Michele Pereira de Souza. Enunciações sobre gênero na educação infantil em tempos de conservadorismo. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 48-69, 2020.

DE LIMA, Bárbara Letícia Teixeira. **Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Jurídicas) - Acadêmica de Direito pelo Centro Universitário Una de Betim, Betim, 2021.

DE LIMA, Renata Mantovani; POLI, Leonardo Macedo; SÃO JOSÉ, Fernanda. A evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, V. 7 n. 2, UNICEUB, 2017.

DE SOUZA OLIVEIRA, Naellen; CUSTÓDIO, Vagner Sérgio. Identidades em desenvolvimento: papéis de gênero na infância e seu impacto no ambiente escolar. **Anais do Seminário de Educação, Diversidade e Direitos Humanos**, v. 2, n. 1, p. 01-15, 2023.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Corpo, gênero e sexualidade na educação infantil. **Revista Reflexão e Ação**, v. 16, n. 1, p. 84-93, 2016.

FOUCAULT, Michel et al. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HANK, V. L. C. **O espaço físico e sua relação no desenvolvimento e aprendizagem da criança**. Meu Artigo, 2006. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-espaco-fisico-sua-relacao-no-desenvolvimento-aprendizagem-.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2024.

HENRIQUE, Morgana Larissa Maciel; SANTOS, Vinicius Silva; SANTOS, Jacques Fernandes. Gênero na educação infantil: o que pensam as professoras e professores sobre o tratamento de meninos e meninas na escola. **Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro**. v. 11, n. 13, jul.2017, Paulo Afonso, Bahia, 2017.

HERMIDA, Jorge Fernando. História social da criança proletária: contribuições da obra de Friedrich Engels para a compreensão do tema. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 20, p. e020058-e020058, 2020.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda R.; CORSINO, Patrícia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, v. 37, p. 69-85, 2011.

KUHLMANN JR, Moysés. **A educação infantil no século XX: Histórias e memórias da educação no Brasil**. **Revista Brasileira de Educação**, v. 3, p. 182-193, 2012.

LARA, Adriane Alves dos Santos Gonzales et al. A sexualidade na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo p. 09-108, 2021.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e educação escolar: algumas reflexões sobre orientação sexual na escola. In: BORTOLOZZI, A. C.; MAIA, A. F. (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru, p. 35-42, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 21, p. 9-29, 1994.

MIRANDA, Jean Carlos; DO COUTO CAMPOS, Isabela. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 12, n. 34, p. 108-126, 2022.

NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, p. 44-57, 2004.

NUNES, Cesar; SILVA, Edna (Org.). **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. São Paulo: Ed. autores associados, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Maria Widemarcia da Silva. **Educação sexual na educação infantil Escola Cônego Bernardo**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de: **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de; SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Debates contemporâneos sobre educação para sexualidade**. – Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

RODRIGUES, Maria do Socorro. **O lúdico como ferramenta para orientar a sexualidade na educação infantil**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. Guia escolar: **identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Seropédica/EDUR, 2011.

SILVA, Josinaldo Monteiro da. **Educação sexual na educação infantil: uma proposta para repensar conceitos de gêneros, corpos e sexualidades com crianças de 4 a 5 anos.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

SILVA, Karla Firmino da. **Pedagogia da sexualidade: o papel do professor.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, Santuza Amorim; PÁDUA, Karla Cunha. Explorando narrativas: algumas reflexões sobre suas possibilidades na pesquisa. In: CAMPOS, Regina Célia Passos Ribeiro (Org.). **Pesquisa, educação e formação humana: nos trilhos da História.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 105-135, 2010.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. **Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil** de Sapucaia do Sul/RS. 2022. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em educação) – Universidade La Salle – UNILASALLE- Canoas, 2022.

SOUZA, Sandra Ferreira de. **A sexualidade das crianças na perspectiva das professoras de educação infantil de uma escola do município de Mamanguape/PB.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Revista Cadernos Pagu**, on-line, v.33 p. 265-283, 2009.